

AS PERFORMANCES E COREOPOLÍTICAS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013: AÇÃO, SUJEITO E REDE

THE PERFORMANCES AND CHOREOPOLITCS OF BRAZILIAN 2013 JUNE PROTESTS: ACTION, SUBJECT AND NETWORK

LAS PERFORMANCES Y COREOPOLÍTICA DE JUNIO DE 2013: ACCIÓN, SUJETO Y RED

Gustavo Souza Santos¹ 

Submissão: 16/03/2023 / Aceito: 30/04/2023

RESUMO

As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil emergiram como uma série de protestos cujo enxameamento produziu e produz debates de natureza política, sociocultural, geográfica e historiográfica de controvérsia. Contudo, há que se observar que na tessitura da insurgência que marcou os atos, os sujeitos participantes desempenharam mais do que papéis de mobilização, mas tomaram os atos como telas de expressão de um devir marcado por pulsões sociopolíticas arregimentadas pelas tecnologias em rede e pela contemporaneidade da comunicação de si e da política. Propõe-se refletir aqui a configuração dessas performances, a partir do conceito de coreopolítica, como exercícios de ação sociopolítica em rede, considerando o caso brasileiro. Os sujeitos de junho destravaram uma tipologia de agência e potência performática, isto é, demarcado por coreografias políticas e expressões cenográficas que apontam para a espetacularização da pólis, da política e das facetas caleidoscópicas do sujeito como ente social, político e subjetivo.

Palavras-chave: Performance. Coreopolítica. Mobilização social. Rede. Jornadas de Junho.

ABSTRACT

¹Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor das faculdades de Comunicação Social/Publicidade e Propaganda e de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Pesquisador associado do Cidadino, o Núcleo Interdisciplinar de Temáticas Urbanas (Unimontes). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9712-2690>. E-mail: gustavo.ccpv@gmail.com.



The 2013 June 2013 protests in Brazil emerged as a series of protests whose swarming produced and produces debates of a political, sociocultural, geographical and historiographical nature of controversy. However, it should be noted that in the fabric of the insurgency that marked the acts, the participating subjects played more than mobilization roles, but took the acts as expression screens of a becoming marked by sociopolitical impulses regimented by network technologies and by contemporaneity. of self-communication and politics. It is proposed to reflect here on the configuration of these performances, based on the concept of choreopolitics, as exercises of sociopolitical action in a network, considering the Brazilian case. The subjects of Brazilian 2013 June unlocked a typology of agency and performative power, that is, demarcated by political choreographies and scenographic expressions that point to the spectacularization of the polis, politics and the kaleidoscopic facets of the subject as a social, political and subjective entity.

Keywords: Performance. Choreopolitics. Social mobilization. Network. June Days.

RESUMEN

Las Jornadas en Brasil de junio de 2013 surgieron como una serie de protestas cuyo enjambre produjo y produce debates de carácter político, sociocultural, geográfico e historiográfico de controversia. Sin embargo, cabe señalar que en el tejido de la insurgencia que marcó los actos, los sujetos participantes jugaron más que roles de movilización, sino que tomaron los actos como pantallas de expresión de un devenir marcado por impulsos sociopolíticos reglamentados por las tecnologías de red y por la contemporaneidad de los mismos. autocomunicación y política. Se propone reflexionar aquí sobre la configuración de estas performances, a partir del concepto de coreopolítica, como ejercicios de acción sociopolítica en red, considerando el caso brasileño. Los sujetos de June desbloquearon una tipología de agencia y poder performativo, es decir, delimitada por coreografías políticas y expresiones escenográficas que apuntan a la espectacularización de la polis, la política y las facetas caleidoscópicas del sujeto como entidad social, política y subjetiva.

Palabras clave: Performance. Coreopolítica. Mobilización social. Red. Jornadas de Junio.

INTRODUÇÃO

Há na produção do cotidiano e da política cotidiana um envelopamento fantasioso, uma ontologia do sensível antecedente à materialidade das decisões e agenciamentos. O imaginário é o campo de recolhimento dessas fantasias, e é nele que se dobram e cristalizam impressões e experiências tornadas movimentos concretos nos moinhos da mente e na pólis.

Para as mobilizações sociais em rede, a cidade (ou, no campo da fantasia e da utopia, a pólis) é o palco e a cenografia para que as performances em seus arranjos possam ser praticadas. A cidade como materialidade e *representamen* da existência, da produção da vida e do exercício do direito fornece os elementos sensíveis e lógicos necessários para que a performance apareça.

O espaço é o plano de contingenciamento da complexidade do acionamento dos sujeitos, do cultivo de sua fantasia político-existencial, da formação de suas redes e do detonamento de sua ação.



Seus objetos, fixos e rugosidades demonstram de modo plástico a paisagem do poder, desenhando nos fluxos e em suas funções a cenografia da qual o desejo e o anelo da mobilização despontam quando mobilizados.

As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil ficaram conhecidas como um circuito de protestos em rede, agremiando pautas e revelando pujanças estéticas e performáticas da ação política contemporânea. Depositário das mobilizações sociais em rede, uma tipologia inscrita na estrutura dos novíssimos movimentos sociais, junho de 2013 inaugurou um capítulo importante para a dimensão da participação sociopolítica contemporânea, guardando reflexos a manifestações populares ao imaginário midiático, como a Primavera Árabe, o 15M espanhol, a Geração à rasca portuguesa, o movimento dos pinguins chileno, o *Occupy Wall Street* estadunidense, entre outros².

Os movimentos desta natureza são marcados um cabedal de características que definem sua forma e conteúdo, mas simultaneamente constituem o predicado das culturas políticas contemporâneas ante às lógicas da insurgência balizada pela cultura das redes (SANTOS, 2022) e da cultura de consumo (CANCLINI, 2006). Sua descrição remonta a uma organização em rede, multiescalas, sem liderança de organizações formais, sob usufruto de redes digitais de comunicação, mas com acústica *off-line* e desdobradas de forma volátil e aparentemente efêmera (SANTOS; PEREIRA, 2021).

Este quadro particular de mobilização não faz supor usos, domínios e exercícios fortuitos de participação social, ativismo ou insurgência. Sob a égide de uma modalidade cidadã que se resvala e se mimetiza nos objetos do consumo e no influxo da cultura das redes que, insuflam uma utopia do acesso à informação e da democracia plenificada, alguns exercícios de emergência de sujeitos de luta se colocam em perspectiva de atenção.

A cauda longa dos novos e tradicionais movimentos sociais se vê sob a demonstração tácita e abundante de fluxos insurgentes voláteis, efêmeros e híbridos entre as redes sociais e as redes digitais. Face ao acontecimento e seus atos de constituição, há sempre que se observar a imanência dos exercícios em microescalas que mobilizam e se arrolam ao ruído do que fica patente na cobertura midiática, da opinião pública ou da resposta governamental. Na metáfora teatral, se há uma performance como obra, há atores, cenários, palco e indumentária, com os quais a obra e, portanto o resultado, são uma só coisa.

²Os casos citados podem ser melhor investigados em suas especificidades contextuais e sócio-históricas, respectivamente, em Joffe (2011), Fernandez-Planells, Pampols e Figueroa-Maz (2013), Costa (2018), Bettencourt (2016) e Calhoun (2013).



Com o caráter de se configurar uma mobilização social em rede detonada em todo o território nacional, nas modalidades híbridas de participação entre vocalizações on-line e off-line e na volatilidade de reprodução, as Jornadas de Junho requerem reflexões que cubram sua envergadura, de modo a não recair no ímpeto anti-sociológico de considerar movimentos sociais de forma corporativista e utilitarista. Desse modo, reflete-se aqui a configuração de performances insurgentes no caso brasileiro, a partir do conceito de coreopolítica, sinalizando um caminho inicial de estudos sobre essa dimensão da participação social e do ativismo contemporâneo.

DESENVOLVIMENTO

O prospecto das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil

A mobilização brasileira teve sua origem marcada a partir dos desdobramentos dos protestos do Movimento Passe Livre (MPL)³ - coletivo pela gratuidade e pela qualidade da mobilidade urbana estudantil em diferentes cidades - contra o aumento da tarifa de transporte público em R\$ 0,20. A resposta de brutalidade policial, a dificuldade de diálogo entre prefeitura e interessados, bem como os cenários político-midiáticos do período, desencadearam um evento-estopim para que um enxame solidário se difundisse pelo território nacional.

Protestos solidários com múltiplas outras agendas, causas e pautas foram verificados no período de 17 a 30 de junho de 2013 nos 26 estados e no Distrito Federal, em 538 municípios brasileiros de pequeno, médio e grande porte e cerca de 2,7 milhões de participantes (SANTOS; CUNHA, 2018). Em perspectiva, a agenda circunscrita do MPL, mas em cena, outras dimensões em querela que ativam o território brasileiro em arcos sociais e políticos com pautas diversas que, sem organização formal, aglutinaram-se na mesma velocidade intensidade em que se deglutir em seu próprio ocaso.

As Jornadas de Junho, neste enquadramento, podem ser observadas como um movimento multiescalar e em rede em seu enquadramento geográfico. Todavia, o conteúdo expansivo e de escopo ampliado das motivações das ruas, demonstraram a configuração de territorialidades solidárias, isto é, catalisadas por um episódio de mobilização de afetos - o quadro de lutas legítimas e violências sofridas pelo MPL em tela -, que se metabolizam em energia reivindicatória, posicionando territorialidades insurgentes.

³Para compreender melhor sobre os objetivos e política do movimento, consultar Movimento Passe Livre (2013; c2020).



A variedade regional e territorial, postas as diferenças dos múltiplos sujeitos e realidades do país distintas do caso paulistano, fazem supor certa erosão ou um desafio para a unidade de um movimento que, em seu pleno exercício, surgiu vertiginoso ao olhar público, midiático e governamental. Todavia, as identidades se aglutinaram em um processo de flutuação episódica, isto é, por quanto durarem os esforços e fluxos de ativismo, as diferenças constituem um unísono identitário que permitem sua conjugação volumosa, ainda que sem organização formal.

Junho de 2013 se desenvolveu como evento-fenômeno de acontecimentos: espacial, político e simbólico. Sua espacialidade ficou articulada nas propriedades socioespaciais de retorno renovado às ruas entre multiescalas e a ativação de territorialidades episódicas e insurgentes. Na política, pela arregimentação das redes digitais como comunicação alternativa como disputa das narrativas oficiais e no curso anômalo à formação tradicional de ativismos e mobilizações. O caráter simbólico ficou articulado pelas estéticas e bricolagens de discursos e conteúdos para orientar a capilaridade do movimento.

Mobilizações sociais em rede como espaços de agência e expressão do sujeito

Há que se dirigir o olhar para a riqueza do dado social das mobilizações contemporâneas a partir de sua plástica caótica, porosa e contraventora - até mesmo epistemológica, como gesto de vigilância. É a bricolagem contextual, imagética, factual e sociopolítica o ensejo interpretativo que permite com que o olhar desvie de visões utilitaristas da ação social, sobretudo na contemporaneidade.

A partir desta consideração e retomando a noção de dispositivo atribuída à ação em rede, percebe-se que a mobilização social em rede é feita em si mesma com certo grau de dramaticidade sociopolítica. Essa dramaticidade não decorre apenas do espetáculo conceitual da ágora para uma pólis contemporânea, mas da própria pulsão humana no cotidiano em face de resisti-lo, disputá-lo e produzi-lo.

Este drama sociopolítico é constituído dos arcos sociais experimentados e compartilhados pelos indivíduos em multiescalas, pelas resistências localizadas, pelas adversidades opressoras, pelos levantes de insurreição e pelo trânsito afetivo do medo para a raiva, e da indignação para a esperança.

Pode-se complementar que a ação em rede, o dispositivo e seus arranjos interacionais são retroalimentados pelo drama social, sentido, experimentado, vivido e integrativo ao cotidiano. A pujança do sujeito, e pode-se acrescer aqui da ação em rede, é depositária da potência dramática da



vida (MAFFESOLI, 1995). Nessa senda, o corpo é mais do que só político-cidadão, mas um espaço de expressão (HAESBAERT, 2020; LIMA, 2020).

Esta expressividade dramática do sujeito se dá na própria produção da vida e da realidade, bem como nas formas de ler e enfrentar o mundo:

O sonho e o pensamento estão estreitamente ligados, sobretudo nos momentos em que as sociedades sonham a si mesmas. É importante, pois, saber acompanhar esses sonhos, tanto mais que sua negação é, em geral, uma constante de todas as ditaduras. Estas não possuem mais a face brutal, que foi sua durante toda a modernidade. Elas tomam o aspecto aprazível e bastante asséptico da felicidade tarifada ao menor preço. A *ditadura* contemporânea não consiste mais no fato, salvo exceções notáveis, de indivíduos sanguinários e cruéis, ela é anônima, doce, dissimulada. Ela é, sobretudo, não-consciente do que é, ou do que faz, e se empenha em total boa fé, em promover o sacrossanto princípio da realidade utilitarista. E deste modo, extirpa de fato, a faculdade onírica. Nesse sentido, ela exprime senão uma constante da história humana: os poderes dormem em paz, enquanto ninguém pode mais, não sabe mais ou não mais ousa sonhar (MAFFESOLI, 1995, p. 11).

Maffesoli (1995) sustenta aqui que um arranjo ditatorial moderno impede que a sociedade se sonhe a si mesma, isto é, deem curso aos seus projetos de vida, sem que sejam pensadas ou normatizadas pelos centros do poder. De um lado, o sujeito e sua faculdade onírica em risco, do outro os opositores como detentores do gozo do sono. Em cena, a disputa pelo que define a matéria do mundo enquanto se está desperto.

É possível apontar duas frentes da dramaticidade que emana dos dispositivos interacionais, e da ação em rede: a cenografia e a dramaturgia. A cenografia requer um conjunto de elementos espacializados e materializados, bem como de sujeitos e instituições, criando uma cena, um contexto de interação. A dramaturgia requer a qualidade e a envergadura da ação dramática, incorporada por sujeitos e instituições contracenando.

A ação aqui discutida é, então, uma performance. Performance que se articula entre cenografias e dramaturgias do real, do senso e do dissenso, do político e do que despolitiza, do precário e do que precariza. A performance é um exercício sensível e político de moldar o comportamento em ritos que interferem sobre a realidade constituída a partir de múltiplas táticas - estéticas e estratégicas.

A performance requer palcos, cenários, espectadores e visualidades para se processar enquanto efeito, ou seja, o exercício performático participa de um espetáculo da vida. Não deve-se, porém, crer que se trata de uma metáfora ou alegoria política, mas como substância e matéria da



política (LEPECKI, 2012). Afinal, o político é uma disposição de justaposição e manipulação dos corpos e dos seus exercícios potenciais (HEWITT, 2005).

O espetáculo é a epifania da performance. O exercício dramático se compraz na manifestação expressiva, sensível e eloquente da visualidade do espetáculo. Debord (2007) define o espetáculo como a via para que o sujeito esteja no mundo contemporâneo. A experiência do espetáculo recorre a imagens e sentidos para promover injunções reais por meio de um simulacro dramaturgico.

Em outras palavras, a crueza dos eventos sociopolíticos abriga implicitamente performances e espetáculos em sua realização. E, se o espetáculo contemporâneo costuma ser ferramenta do capitalismo e da hegemonia para falsificar imagens da experiência social para fins de controle (DEBORD, 2007), retomar a faculdade performática dos sujeitos é uma chave de leitura e de navegação desse imbróglio estético de partilha sensível (RANCIÈRE, 2009a; 2012).

Do espaço da cidade ao palco de performances e coreopolíticas

No chão do urbano contemporâneo, a fantasia que determina a espacialização da pólis é dupla: primeiro a pólis se representa como espaço de circulação de sujeitos supostamente livres, principalmente livres na sua capacidade de circular livremente. Ou seja, a pólis, o urbano da contemporaneidade, se apresenta como um palco para a representação de uma “automobilidade”, entendida como emblema privilegiado de subjetivação. Nesse palco, nesse chão supostamente liso, *flâneurs* e carros, os dois grandes automoventes de uma modernidade que se representa sempre enquanto estado em perpétua mobilidade, coproduzem juntos a imagem-emblema da suposta autonomia política e cinética do cidadão contemporâneo. Em segundo lugar, a pólis se representa fisicamente, topologicamente, enquanto um lugar supostamente neutro e, conseqüentemente, sempre aberto para a construção infundável de toda sorte de edificações que justamente determinam e orientam o urbano como nada mais do que o palco para a circulação dos emblemas do autônomo. Daqui surge a ligação fundamental entre movimento e arquitetura como os dois fatores fundamentais na construção e na autorrepresentação da pólis como fantasia político-cinética da contemporaneidade (LEPECKI, 2012, p. 47-48).

Não é possível compreender a cidade contemporânea ignorando sua paisagem. De modo igualmente assertivo, não é possível estudá-la sem considerar suas *mindscapes*⁴, isto é, as paisagens da mente, do eu e da abstração que se desprende das movências dos sujeitos. É nesse campo idílico que a fantasia político-cinética da performance acontece.

⁴Do inglês, o termo significa "paisagens interiores" ou "paisagens da mente", em complemento à categoria paisagem, eminentemente material, mas não presa à materialidade.



A mobilização social é comumente um processo inflamatório e devorador do ritmo e do fluxo do cotidiano. Ao se alastrarem pelas vias e espaços públicos, monopolizarem a atenção midiática e interferirem na opinião pública, a mobilização dá curso a práticas vorazes de manifestação de seu *ethos*, *pathos* e *logos*⁵. Isto é, a voracidade da mobilização é sua dramaticidade.

A cenografia da performance na mobilização social em rede advém sobretudo das fisionomias, contraturas e rugosidades do espaço, ao mesmo tempo módulo de reação e veículo de ação. Esta materialidade sensível de que dispõe a cenografia no espaço da cidade têm por denominador a paisagem.

A paisagem designa o conjunto de objetos, fixos e fluxos que constroem a experiência visível e sensível da cidade (SOUZA, 2013). Na paisagem se articulam aspectos materiais e imateriais dispostos a construir uma cenografia capaz de abarcar a potência e a complexidade de ações detonadas no e pelo espaço urbano.

A categoria paisagem é um documento que abriga heranças sócio-históricas de um espaço, narrando sua história e seu ponto de inflexão no presente (ROLNIK, 2019). Todavia, sua construção também é um sinal eloquente das fulguras da vida e da produção do cotidiano, no qual as operações do capital, da política e das ideologias também se coadunam, uma vez que são intrínsecas à vida na cidade.

Trata-se de uma espacialidade que alcança o olhar, os afetos e a produção das subjetividades e coletividades. Na paisagem urbana tem-se o constructo visual, formulaico e formal das feições espaciais, conquanto desdobra-se seu conteúdo visceral e dinâmica, acusando a cidade como essência viva, a partir de seus atores, produtores e dominadores (SANTOS, 2014; SOUZA, 2013).

Na paisagem urbana deflagram-se processos que configuram os espaços da cidade, mas também das subjetividades (TEIXEIRA, 2018). Enquanto poética da cidade, a paisagem urbana também é uma paisagem do eu. Usos, ocupações, circulações, permanências e práticas ativam a cidade e a constituição de seus sujeitos no/do/pelo espaço. Enquanto o sujeito produz o espaço, o espaço co-produz os sujeitos.

⁵Da retórica aristotélica em a formulação do discurso, da eloquência e da persuasão designam as instâncias *ethos* (orador) está ligada à credibilidade do falante, *pathos* (audiência) à empatia do ouvinte e *logos* (discurso) à natureza do argumento. Consultar Aristóteles (2015).



É deste constructo que emerge a cenografia dinâmica para a operação da performance mobilizada. A paisagem conta histórias e presentifica a política dos fatos pelos valores urbanos. Dela falam as fisionomias, se ouve os ruídos, se vê as imagens (e simbologias) e sente os ritmos temporais.

Esta cenografia permite as condições para que os sujeitos nela se movam e realizem sua performance. Ainda assim, como a paisagem não é muda, uma narrativa-mito se forma a partir dela, e tal narrativa é consumida pelo sujeito mobilizado em sua performance.

As fantasias políticas e as paisagens interiores se misturam no espaço cenográfico da cidade pelo adensamento de camadas sócio-históricas, econômicas e culturais, juntando-se ainda à forma mítica da cidade como mito perdido, criando um arranjo disposicional particular na performance: o espaço se torna um com um sujeito.

Assim como Ingold (2011), acredita-se aqui que a cenografia espacial na performance não é um produto ou um diagrama conceitual acabado, é um saber em produção, um conhecimento ambulatório. Isto é, o sujeito enquanto vive e se mobiliza transforma antes mesmo do efeito do objeto de sua estratégia adquirir completo sentido ou pleito.

Para que este processo vivifique a performance mobilizada para que esta seja um registro sociopolítico patente, é necessário observar o gestual, a simbologia e a palavra, ou seja, seu caráter dramático.

A dramaturgia na performance é uma evidência do sujeito mobilizado por meio da publicização de seu corpo. “Esta revelação pública do corpo faz pensar sobre a articulação essencial entre corpo e espaços urbanos para compreender as suas novas ocupações, seus movimentos sociais e políticos, suas circulações e apropriações pelas cidades” (NASCIMENTO, 2016, p. 2).

Quando eclode uma mobilização, sua performance foge às normas e à liturgia político-espacial legitimadora. Assim, o policiamento sistemático do olhar, do discurso, da mediação e do próprio poder coercitivo se tornam zonas de embate. O exercício livre da corporeidade mobilizada é subversão, na medida em que questiona a celebração hegemônica da liberdade de ir, vir e confessar do sujeito.

Caminhadas, passeatas, gritos, cantos, cartazes e ocupações designam corpografias sensíveis, marcadas por visualidades da performance, mas que demarcam um movimento cinético do conteúdo político. A mobilização como performance desenvolve no espaço material e abstrato uma desenvoltura dramática, uma coreografia política: a coreopolítica.

Lepecki (2012, p. 56) fornece o entendimento:



O aparecimento do sujeito político: efeito e causa de um novo entendimento de coreografia. Ou seja, coreografia se torna coreopolítica quando mobiliza ou auxilia uma tomada de ação nos vazios sempre presentes (mas recalçados, denegados, camuflados) na trama de circulação do urbano. Coreopolítica é a revelação teórica e prática do espaço consensual e liso de circulação como máxima fantasia policial, pois não há chão sem acidentes, rachaduras, cicatrizes de historicidade. É na rachadura e no seu vazio plenamente potente, é no acidente que todo chão sempre já é, que o sujeito político surge porque nele escolhe o tropeço, e, no desejar do tropeço, ele vê o delírio policial da circulação cega e sem fim ser sabotado.

De volta ao que adjetiva as mobilizações sociais em questão, *em rede*. Discutiu-se que esta *rede* designa o modelo de organização, mas designa também a curvatura de sua ação em que a massa age em um sistema suspenso de singularidade, para a coletividade. A rede é ainda o lócus da operação do digital. É este aspecto que adensa a performance e a coreopolítica.

A virtualidade supõe a deglutição e aglutinação de tudo e todos no vórtex dos dados e da utopia da interconexão global (LÉVY, 2000; 2011). A mobilização como um acontecer multitudinário não escapa a esse processo. Insurgir-se é uma ação dupla, dicotomizada nos paralelos do *on-line* e do *off-line*, refletidos, não contrapostos. É seguro afirmar que os objetos da mobilização não têm por cerne a comunicação digital, afinal são os conflitos e contradições sociais que o representam. Mas há uma parcela fundamental das tramas do *on-line* que caracterizam o *zoon politikon* como um *homo digitalis*⁶.

Há o perigo conceitual de interpretar as redes como as fruições digitais como um império da técnica, relegando-a a um ferramental estratégico isolado. Como debate-se anteriormente, de toda forma o objeto age, sendo um sujeito não-humano, e híbrido quando se une ao humano.

Coordenação, articulação, comunicação, observação, registro e disputa são campos dos quais as tecnologias do digital frequentemente assumem na ação mobilizadora. Entretanto, as operações *on-line* são instâncias acopladas ao *off-line*. Seu caráter desmaterializante fornece um contrassenso ao ideário da massa na mobilização social.

A virtualização é a desmaterialização da realidade para um campo de influxo informacional prevalecente. Com a desfragmentação do real, indivíduos têm acesso a um influxo de informação autônomo e que fornece as bases utópicas para uma construção coletiva da sociedade, por meio de uma inteligência coletiva (LÉVY, 1998; 2000).

⁶Do sujeito como animal social e político ao acréscimo como “sujeito digital”, ou “sujeito do digital”.



Seriam também performance e coreopolítica híbridas? Ao considerar a agência dos objetos e suas mediações, a mobilização passa a ocorrer em esferas distintas e comutativas do real: a *off-line*, nas ruas, e a *on-line*, no ciberespaço pelas ruas. As esferas de ação não disputam o objeto, mas operam de modo distinto em sua matriz interacional e indistinto em sua natureza sociopolítica.

A ubiquidade, pervasividade e senciência das tecnologias do digital (LEMOS, 2002) passam de características da comunicação em rede para arranjos disposicionais e interacionais da mobilização social. Isto duplica o alcance da performance e da coreopolítica, criando modelos corpóreos virtualizados para sua operação.

As performances e coreopolíticas de junho de 2013

A performance mobilizada é permeada de uma coreopolítica. A desenvoltura corporal que abraça sentidos, conteúdos e estratégias é uma competência sociopolítica. Competência na medida em que nas ruas - ou nas vias comunicacionais *on-line* - rastreiam sociabilidades, promovem bricolagens entre subjetividade e coletividade e exploram as frestas do espaço político fraturado.

Nos eventos de junho, a coreografia própria dos atos é sinalizada a partir do evento de estopim dos atos, o caso dos protestos do MPL em São Paulo, consistindo na célula de ativação para que a vitrine de múltiplas vivências e de conteúdos insurgentes se estabelecessem (RICCI; ARLEY, 2014). É pontual destacar que, destarte dos atos como um acontecimento político - em suas causas, cenas, realidades e agendas - a dinâmica das redes digitais criou uma ambiência de vitrinismo ativista, na qual colocar-se à rua se adere à uma dinâmica de produção e escrita de si, contextual à temporalidade da cultura e do consumo.

Esse prospecto pode ser observado ainda a partir das práticas e gramáticas próprias que constituíram estéticas de bricolagem como ativos sociopolíticos. Os *slogans* e vocalizações próprias das multidões que correspondem ao imaginário popular vigente dos atos derivaram de campanhas publicitárias assinadas no período e que, sob releitura, tornaram-se balizadores e indumentária para o evento-fenômeno em operação (SANTOS, 2022). A esse exemplo, o “vem pra rua”, derivado de campanha publicitária de Fiat, e “O gigante acordou”, derivado de anúncio de Johnnie Walker, ajuizaram uma partilha estética performática.

Enquanto se convoca, congrega e reivindica a partir de empréstimos visuais e estéticos, constrói-se uma proto-narrativa que é a soma do momentum contextual e das utopias confessionais próprias de uma performance. O lastro insurgente implica em organizar de forma potente e



estratégica o conteúdo dramático da realidade social que estimulam protestar e colocar-se entre um objeto-projeto, um adversário tipificado e a realidade contextual.

Não há eficiência mobilizadora sem performance. Os sentidos dramáticos precisam estar em consonância com os sentidos políticos e estratégicos para fazer com que a realização aconteça. Isto ainda porque a performance é um exercício coordenado e ambulante de contenção e exploração do conteúdo sociopolítico, vasto, conflitivo e desafiador.

É impotente pensar a ação social, sobretudo aquela em rede da qual se debruça aqui, sem entender na performance um exercício da possibilidade. Ao performar, o sujeito vale-se dos objetivos de luta vestindo-os como uma indumentária que o coloca em plano mental de pensar realidades alternativas, sem as quais a condenação do assujeitamento é premente.

A coreografia é uma prática cotidiana. Os exercícios corriqueiros, as rotinas, o trabalho, a educação, o lazer, o consumo e o ir e vir são coreográficos na medida em que delineiam exercícios de produção da vida no espaço, revelando movimentos cinéticos que incorporam sentidos à matriz acinzentada do que é ordinário.

Nessa perspectiva, junho nos anos iniciais da década de 2010 foi marcado pelo adensamento comportamental da imbricação de duas perspectivas culturais: as redes digitais e o consumo. Na perspectiva do consumo, as subjetividades e os sentidos do público e do coletivo são notados como parcelas consumíveis e agregadoras de componentes dispostos a formar a identidade ou criar dinâmicas do eu, pouco afeitas ao beneplácito do social e mais engajados a um jogo de potências do eu que se eleva, se modula e, sobretudo, se expressa. Tem-se uma modalidade de cidadania marcada pelo consumo de seus próprios objetos, tornando a insurgência e os direitos sociais um balcão afetivo de compra e venda de insumos do eu, de projetos de vida e ideários fabricados do social e do real.

A cultura das redes digitais complexifica essa lógica na medida em que fornece por meio da disjunção espaçotemporal uma extensão para-democrática da voz, do discurso e da ação sociopolítica. Isso implica em amplificar a noção da potência do corpo como um índice insurgente, porquanto o sujeito nas redes se faz alcançar e sentir pelas disputas possíveis entre a mídia tradicional e a mídia digital, mais alternativa e calcada em uma pretensa dinâmica de autoprodução ou disputa. Desse modo, nas ruas e nas redes, um movimento híbrido se desenhava como intercuroso tático, estratégico e existencial de processar uma cultura política em advento.

As mobilizações sociais em rede apresentam um desenho peculiar na esteira do que se concebe como ação do sujeito e como movimentos sociais. A peculiaridade, ao invés de suspeita e



desconfiança implicante, deve dirigir o olhar e a disposição para o que não se diz no que é dito. A entrelinha revela a entranha, assim como o implícito explicita a face total do que está explícito.

Os tempos da mobilização social em rede fazem pensar na possibilidade de um tempo midiático, mas não da mídia como já concebida entre meios, mediações, dispositivos e arranjos. Trata-se da possibilidade de um tempo das redes. Essa novidade não se apresenta sem fascínios, perigos e cautelas. Cumpre assumir o ofício de inquirir o tempo.

O que se observa no fascínio de junho de 2013 é o movimento caleidoscópico de sua conjuntura. Em primeiro plano como estrutura organizacional de ato insurgente, catalisado em uma operação híbrida das ruas e das infovias das mídias digitais. A seguir, os exercícios táticos e estratégicos que tornam os ritos mobilizados, veículos expressivos de manufatura do tempo e do social em novas modalidades de ser, existir, protestar e articular a produção de sujeitos querelantes.

As performances de junho não são exclusivas e fortuitas ao seu próprio caso, mas indicam flexões e contraturas dos modos de pensar, refletir e gerenciar mobilizações dessa natureza. O corpo em riste às ruas é corpo datafocado nas redes. As táticas e estratégias mobilizadas respondem a um cabedal sensível e estético produzido na/da/pela sabedoria das ruas. A coreopolítica é, nesse sentido, um exercício existencial de processar a realidade em suas múltiplas dimensões que afetam o eu nos percursos da política e da vida social. Em cartaz, humanidades permanentemente insurgentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coreopolítica é extensão dos exercícios de produção da vida aditivadas pelo acionamento dos sujeitos que se encontram consigo mesmos nesses trâmites, fazendo valer sua existência por meio de estratégias corporais e sensíveis no espetáculo do real. Seja este espetáculo produzido pelos centros de poder ou como amostras de resistência e projeto, a performance é o sujeito em mobilidade.

Reitera-se que a peculiaridade das mobilizações sociais em rede está longe de residir na violação do cânone clássico da ação social, mas em elucubrações como esta. Abre-se na prática mobilizada uma experiência que duplica a acepção da realidade, criando universos paralelos e integrados de ação.

Quando se vive e move no *off-line*, atua-se também no *on-line*. Realiza-se uma dobra existencial, de modo que o sujeito e sua ação se concretizem em performance e coreografia em duas dimensões. Dimensões com códigos e estruturas próprias, mas imbricadas pela movência dos sujeitos humanos e não-humanos.



O espetáculo e a fantasia político-cinética da meta-realidade da ação social é também híbrido. Como dispositivo, a rede concatena essas funções e objetos cujos efeitos e usos ainda não são totalmente conhecidos historicamente. É preciso ver e rever o espetáculo, para de suas performances e coreografias, interpretar o que há de novo, incisivo e instigante em seus movimentos.

As perguntas fazem o exame analítico. Mas e se as mobilizações sociais em rede, como junho de 2013, fossem respostas para perguntas não conhecidas? Talvez sua conjuntura e peculiaridade não sejam feitas de questionamentos ao real e ao circunstancial de um mundo fragmentado em seus sistemas políticos, econômicos e sociais.

Se não são as perguntas, as mobilizações em rede são respostas. O incômodo derivado de sua constituição, impactos e recepção exige uma outra postura: produzir perguntas para as quais estes eventos constituem respostas. O que se vê e presencia são respostas sintomáticas, projetivas, compensatórias e proto-terapêuticas. Pois bem, há então que se formular as questões para que haja a emancipação e terapia - o quadro de clareza do agir e do devir.

Há que se observar a associação entre as performances sociopolíticas, da comunicação em rede e dos espaços de insurgência com a participação social e a cidadania. E esse prospecto cria não apenas práticas factuais, mas imaginários sociopolíticos que provocam novas alocações dos sujeitos sociais e novas espacialidades de ação.

REFERÊNCIAS

BETENCOURT, R. A revolta estudantil e a luta pela democratização do sistema educacional chileno. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 175-192, 2016.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CALHOUN, C. Occupy wall street in perspective. **British Journal of Sociology**, v. 64, n. 1, p. 26-38, 2013.

COSTA, A. M. A. D. C. **Resgatar a democracia?** A emergência e declínio de novas redes de ativismo nos protestos anti-austeritários em Portugal. 344f, Lisboa, 2018. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Doutorado em Antropologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FERNANDEZ-PLANELLAS, A.; PAMPOLS, C. F.; FIGUEROAS-MAZ, M. 15-M In Spain: Differences and Similarities in Communication Practices with Previous Social Movements. **Última década**, Santiago, v. 21, n. 39, p. 115-138, dez. 2013.



HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOGraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, jan./abr. 2020.

HEWITT, A. **A social choreography**: ideology as performance in dance and everyday movement. Durham/London: Duke University Press, 2005.

INGOLD, T. **Being alive**: essays on movement, knowledge and description. London, New York: Routledge, 2011.

JOFFE, G. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 30, p. 85-116, jun. 2011.

LEMOES, A. **Cibercultura**. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Sulina: Porto Alegre., 2002.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LEPECKI, A. Coreopolítica e Coreopolícia. **Ilha (Revista de Antropologia)**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. (2011) 2012.

LIMA, I. **A condição geopolítica dos corpos sensíveis**. Paisagens Híbridas, 2020. Disponível em: <https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2020/04/01/a-condicao-geopolitica-dos-corpos-sensiveis/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Apresentação**. Sobre o MPL. c2020. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13-18.

NASCIMENTO, S. A cidade no corpo. Diálogos entre corpografia e etnografia. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 19, p. 1-13, 2016.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.



RICCI R., ARLEY, P. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento; 2014.

ROLNIK, R. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18–43, 2019.

SANTOS, G. S. O gigante que acorda e vai às ruas: a produção simbólica, estética e insurgente das Jornadas de Junho. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 16, n. 3, p. 216-236, 21 set. 2022.

SANTOS, G. S. O sujeito, as coisas e a rede nas Jornadas de Junho. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 24, n. 55, sp. 911-935, et./dez. 2023.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Elisée**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 70-84, jan./jul. 2018b.

SANTOS, G. S.; PEREIRA, A. M. Mobilizações sociais em rede, territorialidades episódicas e identidades flutuantes: reflexões sobre o movimento #EleNÃO. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 44, p. 379-388, 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEIXEIRA, M. F. **Sobre ruas e pessoas**: uma análise espacial dos bairros Ibituruna e Major Prates de Montes Claros/MG. 2018, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

